

Luiz Costa Lima: história, discurso, vida

Uma entrevista com Luiz Costa Lima

Aline Magalhães Pinto

Doutoranda
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
alinealinemp@yahoo.com.br
Rua do Russell, 404/401 - Glória
Rio de Janeiro - RJ
22210-010
Brasil

Laise Helena Barbosa Araújo

Mestranda
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
laisearaujo@hotmail.com
Rua Bolívar, 154/701 - Copacabana
Rio de Janeiro - RJ
22061-020
Brasil

Mannuella Luz de Oliveira Valinhas

Doutoranda
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
mannuellaluz@yahoo.com.br
Travessa Pepe, 98/401 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ
22290-020
Brasil

Victor de Oliveira Pinto Coelho

Doutorando
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
alnash.victor@hotmail.com
Rua do Russell, 404/401 - Glória
Rio de Janeiro - RJ
22210-010
Brasil

265

Palavras-chave

Linguagem; Narrativas; Teoria da história.

Keywords

Language; Narratives; Theory of history.

Enviado em: 09/04/2010
Aprovado em: 19/07/2010

A trajetória e o pensamento de Luiz Costa Lima têm um eixo central: a questão da literatura. Não sendo ele um técnico ou um mero especialista, essa questão o levou ao estudo da linguagem em suas diferentes formas, à narrativa e aos mecanismos através dos quais a sociedade ocidental se “comunica”. Nesse questionamento amplo, que admite a impossibilidade de uma resposta definitiva às indagações que levanta, esse autor se estende a diversas produções sociais e chega ao estudo sobre a narrativa e o discurso histórico. Na medida em que defende uma ideia de escrita e de linguagem como abertas, perpassadas pelo real, para Luiz Costa Lima, a historiografia encontra aí sua aporia, seu limite – que ao mesmo tempo se transforma em sua especificidade discursiva, sua qualidade e distinção.

Atualmente, Costa Lima é professor titular de teoria da história da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Lecionou em várias universidades americanas e europeias. Autor de mais de vinte livros, entre eles *História.Ficção.Literatura*, *A aguarrás do tempo*, *Trilogia do controle*, e *Mimesis: desafio ao pensamento*, vários deles traduzidos para o inglês e o alemão. Recebeu, em 1992, o prêmio de pesquisador em ciências humanas, prêmio Humboldt, concedido pela fundação Alexander Von Humboldt, de Bonn.

A entrevista a seguir foi concedida em 7 de dezembro de 2009, no Rio de Janeiro.

1. Poucos autores no Brasil apresentam uma trajetória tão sólida como a sua. Tal trajetória, que se mostra interdisciplinar, ao longo das várias obras publicadas, pressupõe uma formação intelectual bastante singular. Gostaríamos que o senhor percorresse conosco o caminho dessa formação.

266

Luiz Costa Lima: Não sei desde quando, mas imagino que a partir de treze, catorze anos de idade, até os dezesseis, eu não fiz outra coisa senão estudar matemática e música. Se me pergunto hoje: “eu achava que dava para ser matemático?”, a resposta é meio dubitativa. Sou filho único, meu pai era engenheiro e obviamente queria seguir as pegadas de meu pai. Com a diferença de que eu nunca tive vontade de me dedicar aos negócios, enquanto ele começara muito pobre e se tornara latifundiário. Isso não me interessava, mas admirava seu saber matemático. Admirava quando ele estava livre, em casa, à noite, e abria os livros enormes, que faziam barulho, e ficava a madrugada toda resolvendo problemas e equações.

Então na adolescência toda eu me preparei para estudar matemática e violino. No colégio, estudava o suficiente para passar, nada demais. Aos dezesseis anos, me caiu à mão o livro *A montanha dos Sete Patamares* (MERTON, 1948). O livro era tradução de uma autobiografia de um homem que havia sido um aluno de posições de esquerda da Universidade de Columbia, e que, durante o curso universitário, teve uma crise religiosa: ateu, de esquerda, resolveu fazer-se frade trapista, uma ordem rigorosa e asceta. O livro teve uma enorme circulação no meio intelectual, sobretudo no meio católico americano. Alguém

o compara como correspondente americano da biografia de Santo Agostinho. Esse livro teve impacto enorme nesse garoto, filho único, nordestino, pretendendo estudar matemática e violino. Não sei de onde tirei essa maturidade, ou sorte, mas, depois de ler o livro, pensei “não é matemática, mas literatura”.

A decisão é surpreendente, sobretudo levando em consideração o fato de que eu não tinha nenhuma amizade pertencente a algum círculo literário e/ou poético. Foi uma decisão absolutamente solitária! Foi especialmente difícil convencer meu pai, grande latifundiário nordestino. Posso imaginar o susto que esse velho levou. Quando ele viu que não tinha jeito, recusou-se a arcar com os custos dessa empreitada (o que faria se eu tivesse persistido na matemática e/ou na música). Disse-me “A vida é sua, faça o que você quiser, mas, me diga, como se estuda literatura?” Ante a pergunta, e a impossibilidade de uma resposta – e até hoje procuro uma resposta – a única coisa que lhe disse de concreto foi “vou entrar na faculdade de direito, pois se eu não descobrir, posso seguir carreira, sustentar família”.

No lugar onde eu morava [em Recife], Casa Forte, no caminho de Apipucos (onde morava Gilberto Freyre), tinha o Instituto Joaquim Nabuco, que oferecia cursos de antropologia e sociologia. Eu já tinha uma base de inglês e pude frequentar os cursos. Minha primeira formação foi em ciências sociais, latim e filosofia. Do estudo no Instituto, passei para a faculdade. Meus estudos em teoria literária eram autodidáticos. Eu sabia razoavelmente inglês, também francês e havia em Recife um livreiro – Jacob Berenstein – de quem eu encomendava livros. À época eu tinha em torno de dezenove anos (meados dos anos 50), era fácil saber que o grande movimento literário de então era o *new criticism*, eu encomendava os livros e os lia. Passei a me corresponder com Northrop Frye, que era professor de Yale. Para ir além disso precisaria conseguir uma bolsa, coisa que não era nada fácil. Havia uma determinada instituição que oferecia duas bolsas – uma para o Sul e Sudeste, outra para o Norte e Nordeste – para os EUA. Eu me candidatei, mas, por motivos que me escapavam naquele momento, durante cerca de dois meses não obtive resposta – depois me chegou uma possível explicação: o médico que preencheu o atestado de saúde solicitado pela instituição tinha pertencido ao PCB. Após esse episódio nebuloso, eu estava certa vez em casa, tocou o telefone e um camarada falando um português com acento castelhano muito forte, adido cultural da embaixada da Espanha, e sabendo do ocorrido, me ofereceu uma bolsa para estudar na Espanha. Então foi assim que fui para a Espanha.

Como eu sabia que o curso de direito era só pragmático, eu também cursava filosofia, mas não pude terminá-lo. Fui para Espanha estudar literatura, mas pensava em ir de lá para Alemanha. Na Espanha, fui aluno de figuras importantes da intelectualidade espanhola de então, Dámaso Alonso e Carlos Bousoño, ligados à estilística, que acabara por me influenciar muito pouco. A maior influência foi o fato de lá ter conhecido João Cabral [de Melo Neto], de quem eu já conhecia a poesia. Liguei para a embaixada brasileira para fazer contato com ele e, por meio de referências pessoais, familiares, consegui conhecê-lo,

nos tornamos amigos. Por sua influência, li toda a poesia espanhola, além da francesa e inglesa. Foi como que meu primeiro professor na literatura. Ainda assim, não tinha noção da importância que teria, em meus trabalhos, o convívio com João Cabral.

Como os planos de ir à Alemanha se frustraram, voltei para o Brasil decepcionado, depois de cerca de um ano e meio, quando aqui se vivia um momento turbulento. Havia o programa federal de alfabetização e o reitor [da Universidade Federal de Pernambuco] convidava Paulo Freire, para ser assessor do serviço de extensão cultural. Paulo, que era meu vizinho, me confia a direção da Revista de Estudos Universitários. Um dia antes do golpe, voltava de uma partida de futebol, passando pela faculdade de direito, vejo-a, com assombro, cercada por soldados que lhe apontavam armas. Cheguei em casa, liguei para o Palácio das Princesas, contei para Violeta Arraes o que havia visto. Ela respondeu-me que, segundo seu irmão, Miguel Arraes [governador do Estado de Pernambuco, à época], houvera uma confusão em Minas, mas que já estava tudo resolvido, ou seja, eu podia dormir tranquilo. Enganados estávamos. Veio o golpe e, passado alguns dias, fui levado à prisão. Na prisão, soube que a realidade era que havia perdido o emprego de professor, estava cassado, e que – coisa que não é possível confirmar – Gilberto Freyre havia me denunciado. A antipatia de Gilberto fora despertada, pouco antes, por um episódio inusitado. Gilberto havia escrito um artigo dizendo que alguns jornalistas, por serem comunistas, publicavam as fotos dele sempre muito feias. Então, eu fiz uma nota na revista que dirigia [*Estudos Universitários*, UFPE], transcrevendo o comentário e acrescentando o meu: “nada demais se se tratasse de um artista de cinema, mas é um velho antropólogo que está escrevendo isso”. Isso deu um bafafá que resultou no fechamento da revista.

Saí da cadeia, vim para o Rio, consegui um emprego de revisor na Editora Vozes, de Petrópolis. Foi então que começou minha história com a PUC-Rio. Estou na editora um dia e me chamam pelo telefone, para marcar um encontro. Eu havia sido aluno dos jesuítas no Recife. Talvez por isso, o padre Ozanan tenha me convidado para ser professor de sociologia. No Departamento de Sociologia, fiquei cerca de oito anos. Fui professor de pessoas como Ricardo Benzaquen [de Araújo] e Eduardo Viveiros de Castro.

Num certo momento, exigiram que, para que eu continuasse a dar aula, eu tivesse doutorado. Isso aconteceu por volta de 1968, 1969. Como minha vida sempre foi acompanhada de uma sorte e um azar paralelos, minha sorte então foi ter conhecido Zuenir Ventura que, precisando viajar, me pediu para substituí-lo na Escola de Desenho Industrial, onde fui professor de Ana Luísa Escorel, filha de Antonio Candido. Ela me apresentou a ele e eu lhe perguntei sobre a possibilidade de fazer, sob sua orientação, o mestrado. Como eu já havia publicado os livros *Por que literatura* (1966) e *Lira e antilira* (1969 e 1995), Candido me disse que me inscrevesse direto para o doutorado. Meu problema era que na USP o estruturalismo – tema da tese – não era bem visto.

Um domingo, em 1972, na volta da praia [no Rio de Janeiro], fui levar meus

filhos à casa da minha ex-esposa e encontrei a polícia que estava ali atrás dela. Fui levado, assim, à cadeia. Cheguei com olhos vendados, numa sala toda branca, completamente isolado, mas não passei mais que duas semanas. Meu medo era não ser solto a tempo de defender a tese, que estava entregue e com a defesa marcada. Por sorte, dias antes fui solto, dirigi-me a São Paulo, junto de amigos como Haroldo de Campos e Ricardo Benzaquen, que me acompanharam na defesa. Candido, mineiramente, me havia dito que não teria restrição pelo fato de o tema da tese ser o estruturalismo, mas disse-me que tampouco teria tempo de me orientar. Levei ao pé da letra e nunca lhe enviei um capítulo sequer, somente a tese pronta. Na ocasião da defesa, Candido me disse que, a princípio, a banca não era favorável ao tema, mas que não precisava temer pela reprovação. De fato, fui aprovado.

Aí entra um instante de sorte. Já dando aulas no Departamento de Letras da PUC-Rio, soube da vinda de um professor da Alemanha para dar um curso sobre formalismo russo, do qual eu já conhecia algumas obras e autores. O professor era [Wolf-Dieter] Stempel, que, impressionado por eu conhecer o formalismo russo, pouco divulgado à época, me convida para estudar em Konstanz, reduto da estética da recepção alemã. Eu tinha o problema de ter restrição de passaporte, mas, através de um contato com o marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, resolveu-se o problema e eu pude, finalmente, ir para a Alemanha, em 1975. Tive o privilégio de ter aulas com [Hans Robert] Jauss e Wolfgang Iser. Com este último, me dei muito bem. O mesmo digo de [Hans Ulrich] Gumbrecht, jovem aluno e assistente de Jauss, que se tornou meu amigo. Eu sentia que ali se abria o campo que poderia possibilitar desenvolver o que o estruturalismo já não me parecia dar conta. Consegui, através de Gumbrecht, prolongar minha estada [na Alemanha] com mais uma bolsa. Fui para Bochum, onde pude começar a traduzir textos para o português, do qual resultaria *A literatura e o leitor* (1979). Através da estética da recepção, especialmente pelo contato com Iser e [Karlheinz] Stierle, vi a contribuição da noção de espaço vazio a ser preenchido pelo leitor, para a elaboração crítica do fenômeno estético. Foi nessa época que “apareceu” a primeira de minhas ideias fixas, a questão da mimesis.

De volta ao Brasil, descobri por Wlad Godzich, um professor nos EUA que havia lido minha tese, que haveria um concurso na faculdade de Minneapolis, para o Departamento de Literatura Comparada. Devo muito à Rebeca [Schwartz], minha atual esposa, que interrompeu seus estudos em psicanálise e seu trabalho, e sendo aprovado, fomos com nosso filho Daniel, muito novo, para os EUA. Lá eu praticamente vivia na biblioteca, onde escrevi *O controle do imaginário* (1984 e 1989), que acho, hoje, um livro “irregular”. Percebera nos românticos toda uma ênfase na natureza tropical e que a exploração da natureza servia como alegoria de coisas como a exploração da mulher etc., “algo” que bloqueava a imaginação, especialmente em contraste com Machado de Assis. Impressionou-me também a censura de Nabuco à representação da escravidão numa peça de Alencar. Na minha cabeça, tinha a ideia de que as sociedades coloniais

ou pós-coloniais eram as mais controladoras. No fim dos anos 70 mesmo, uma editora alemã publicou os tratados de poetologia renascentista em italiano e em latim, que com ajuda de João Adolfo Hansen, li, percebendo que o controle já estava presente lá na Europa. Enfim, é um livro ainda muito intuitivo. Nos EUA, decidi estudar a literatura francesa e latino-americana: li todo o Diderot, por exemplo. Aproveitei toda a vastidão das bibliotecas norte-americanas e, terminada a década de 80, com a trilogia pronta – percebi que tinha um “modelo” que poderia ser expandido. Minha preocupação, então, foi, por muito tempo, a pesquisa empírica, no sentido de procurar sinais do controle.

Foi quando entendi que, a despeito do “modelo”, me faltava a base teórica. E é isso que encontro como motivação para a escrita deste último livro – *O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy* (2009). O controle tem dimensão estética e política, ao mesmo tempo sócio-histórica. A épica, como gênero renascentista por excelência, deu-me a base para pensar nisso, ao mesmo tempo em que dava a primeira definição – ligada ao controle – sobre literatura. E isso não leva de volta à indagação do início – “o que é literatura”?

2. A abordagem e tematização do discurso histórico que o senhor desenvolve, sobretudo em História.Ficção.Literatura (2006) e, nessa medida, sua entrada no debate historiográfico parece ser fruto de uma dupla injunção. Por um lado, a necessidade de analisar a literatura tendo em consideração a ambiência sócio-histórica que a cerca, e por outro, a proximidade estrutural entre as narrativas ficcional e histórica. Como o senhor vê essa questão?

LCL: Ambas as vias estão corretas. Tomemos a questão derivada do estruturalismo. A estrutura não é entendida por mim como “anti-histórica”, embora seja sabido que a posição de [Claude] Lévi-Strauss é ambígua. Para mim, porém, sempre pareceu que levar a literatura a sério significaria dotá-la de lastro histórico. Por isso me interessa a história: como base para o estudo da literatura. Quando estava nos EUA, entrava em cena a polêmica da narrativa – encarnada na *Metahistory*, de Hayden White. Em meus estudos sobre a narrativa, recolhi uma bibliografia, usada em *A aguarrás do tempo* (1989), bastante semelhante à bibliografia de [Paul] Ricoeur, como percebeu Benedito [Nunes]. Em 1986, quando voltei ao Brasil munido dessa bibliografia, foi publicado o *Tempo e narrativa* (RICOEUR 1983). Ele, Ricoeur, tem a primazia quer da pesquisa, quer da publicação, pois o primeiro volume é de 1983. De qualquer maneira, há um parentesco entre as questões desenvolvidas nos dois trabalhos.

Em 1986, voltei para o Departamento de Letras da PUC-Rio. A pós-graduação, fundada sob a ditadura, em 1977, oferecia possibilidades de pesquisa em história da literatura, mas não em teoria, o que não abria espaço para minhas pesquisas. Ao mesmo tempo, estava sendo fundada a pós em história. Ricardo Benzaquen, ex-aluno e agora amigo, era um dos fundadores e me convidou para integrar o Departamento de História da PUC. Aceitei, pois, o convite

de Ricardo para a recém-fundada pós-graduação no curso de história. *A aguarrás do tempo*, publicado em 1989, foi uma espécie de cartão de visitas para o curso de história. Assim como o *História.Ficção.Literatura* (2006) é fruto desse convívio com os problemas historiográficos. A narrativa é o termo amplo que possibilita a coordenação entre os campos.

3. *Em seus trabalhos e pesquisas existe a proposição de estabelecer um vínculo entre sociologia e hermenêutica? Como o senhor vê a questão do sentido histórico?*

LCL: Derivado de minha primeira formação, os cursos no Centro Joaquim Nabuco, o contato com a sociologia é anterior ao contato com a história. Já o contato com a estética da recepção, deve-se lembrar, se dá com ex-discípulos de [Hans-Georg] Gadamer. Sendo assim, por que Gadamer não aparece nos meus trabalhos? O sentido, da maneira como busca a hermenêutica, não é algo que eu persiga. Para mim, adquirir forma é adquirir sentido, mas esse sentido não é um significado. É mais uma reunião de partes que aponta para algo. A busca por sentido, que não se confunde com significado, diz respeito a como as coisas se configuram. É desta maneira que penso que se possa colocar a questão do sentido histórico, desde que não seja uma busca "teleologizante". Na medida em que não se confunde sentido histórico e *telos*, a busca por esse sentido significa tirar o *a priori* da história. O sentido histórico é algo que se dá e não algo que se cumpre. Para que tal não se desse, para que se pudesse dizer da inexistência de sentido histórico, seria preciso que os planos se realizassem em plena entropia, plena dispersão. Mas não, as sociedades se constituem fazendo com que planos diferenciados se aproximem, se amalgamem, ou seja, tenham sentido.

4. *Qual a sua reação perante a possibilidade de se extrair de sua reflexão sobre o discurso histórico uma teoria da história?*

LCL: Há uma dupla reação. Uma positiva e outra restritiva. Positiva porque, certo ou errado, há uma tentativa de minha parte de constituir uma teoria da história articulada ao princípio do discurso. Penso que, para se conhecer uma língua, é necessário que se conheça mais do que a língua. A partir desse princípio, de que a compreensão da língua não é da competência dos linguistas, e de que é preciso saber mais do que estruturas gramaticais, o discurso é como um terceiro campo entre língua e fala. Tomando o discurso como ponto de partida para pensar a literatura, me pareceu necessário distinguir campos discursivos diferenciados. O discurso pode ser pensado como um grande sistema planetário que faz parte de uma constelação. Deste ponto de vista, um analista de discurso não pode se deter em problemas gramaticais, com rimas etc. Nega-se, pois, que haja uma só linhagem que corresponda ao uso falado de uma língua. Para verificar isso, a metáfora do sistema chamado historiografia não se superpõe

aos outros sistemas chamados filosófico, científico, ficcional. Parece-me que as aporias discursivas são um ponto importante. Retirando a substancialidade do discurso, há de se colocar, então, o problema da "origem" – "origem", entre aspas, porque ela se põe como questão exatamente quando não identificamos uma fresta de onde "nasce" tal discurso. Essa origem é de cunho simbólico e não fisicalista, daí a ideia de aporia: todo discurso tem seu ponto de origem, que nunca é um ponto zero. Se se admite um ponto zero, ele será arbitrário. Exemplo da operação aritmética: o que se supõe entre duas unidades é algo idêntico ao que supõe entre outras unidades. A unidade é uma convenção simbolicamente constituída e, simbolicamente, não é arbitrária. A unidade não está na natureza. Essa questão da aporia me parece importante para a discussão teórica historiográfica. Mas, e aqui está a parte restritiva de minha reação, não me parece que os dados que aponto sejam suficientes para a constituição de uma teoria da história. Minha tentativa é mais pensar condições e possibilidades do discurso histórico.

5. Um ponto crucial em seus livros é a proposta de se pensar um sujeito fraturado, que aparece tanto em oposição ao sujeito autocentrado, quanto às revisões, sobretudo aquelas da década de 60 na França, que apontam para uma diluição do sujeito. Do que se trata essa concepção de sujeito e como ela se relaciona com a interpretação histórica?

272

LCL: A cena do pensamento francês da década de 60 foi fundamental para a minha questão sobre o sujeito, quer no pensador que mais admirava, Lévi-Strauss, ou naqueles que admirava menos, [Michel] Foucault e [Gilles] Deleuze. Todos falavam da morte do homem. A oposição banal a isso era um lamento "idiota-humanista", mas independentemente deste dado, a ideia de morte do homem me parecia inadequada porque haveria de se supor que as produções humanas fossem capazes de gerar efeitos sem a interferência do seu agente. Em outras palavras, me parecia que a ideia de morte do homem era uma repetição da afirmação do eu solar pelo avesso, *le noir soleil*. A ideia de morte do homem transforma o sujeito em dispensável em prol da valoração de uma obra. Isso me parece não só teoricamente errado, mas gera consequências terríveis. O sujeito que faz nunca é transparente àquilo que faz, ou seja, como tal transparecia não existe, nem o sujeito está plenamente no que faz e nem o que ele fez é plenamente o que ele é, sua essência. O fato de pensar [Louis-Ferdinand] Céline em função de *Viagem ao fim da noite* (CÉLINE 1932), por exemplo, sua obra mais famosa, deveria me levar a pôr entre parêntesis tudo aquilo que, sendo dele (seu abjeto e intolerável antissemitismo, seu colaboracionismo), não contaminaria a qualidade de sua obra? Tratar o sujeito como fraturado significa negar a vaidosa unidade que nos concedemos a nós mesmos. Uma análise a partir do sujeito fraturado, ao interpretar Céline, levaria em conta seus aspectos canalhas e mostraria que eles estão presentes mesmo em suas produções mais diamantinas.

O sujeito fraturado, em suma, supõe uma pluralidade dissonante de ações possíveis. Relacionando essa afirmação com a ideia de sentido de algo, haveria de se dizer que algo nunca possui um sentido em si, ou seja, um sentido imanente. Donde procurar extrair sentido de factuais equivale a querer tirar leite de pedra.

6. *Então, se a noção de sujeito fraturado aparece como alternativa simultânea ao imanentismo, ao sujeito autocentrado e à noção de "morte do homem", poderíamos ver essa "pluralidade dissonante de ações possíveis" como alternativa à polaridade "consciente-inconsciente" e articulada à noção de "inconsciente textual", presente em História.Ficção.Literatura (2006, p. 288)?*

LCL: Creio que a pergunta é mais instigante que minha resposta. Sem pretender complicar as coisas, gostaria de relacionar a noção de "sujeito fraturado" com a da sincronicidade de tempos diversos, já formulada (não nesses termos) por Herder. Quero dizer: ser fraturado significa ser não integralmente coerente e tal incoerência ser resultante de agirmos em função de tempos diversos. Ao dizê-lo, lembro-me de uma foto que guardei de meu saudoso Wolfgang Iser. Ele está com Lore, sua esposa, na praia de Búzios, ele de paletó, ela, de vestido longo. Estavam na praia com valores de antes da década de 1950, ao passo que Iser, como teórico do discurso literário-ficcional, abria caminho contra as direções então mais batidas. Se o que digo tem algum sentido, o sujeito fraturado nos faria pensar no inconsciente como dotado de zonas diversificadas de [...] inconsciência; e – o que mais me interessa – em um inconsciente textual, *i.e.*, se o que dizemos ultrapassa o que quisemos dizer e assim suceder não simplesmente por imperícia do falante será porque o dito contém uma pregnância significativa que ultrapassa a intenção de quem o disse. É claro que a afirmação de um "inconsciente textual" apresenta de imediato outro problema: quando sua interpretação se torna arbitrária, configura o que Umberto Eco bem chamou de superinterpretação? Não creio que a questão seja irrespondível. Só a vejo eficaz, contudo, empiricamente, ou seja, diante de casos concretos.

7. *Em O controle do imaginário e a afirmação do romance o senhor critica a especialização que deixa distantes as reflexões da história social e as do hermenêuta. Fale um pouco sobre a importância que essa "ponte" tem para a apreensão e análise do que o senhor denominou controle do imaginário.*

LCL: Como eu gostaria de não ser tratado como senhor. Já não basta o castigo da velhice?! – Vamos lá. Creio que as distinções feitas entre o âmbito da história social e da hermenêutica costumam conduzir a uma castração recíproca. O pior é que essa dupla esterilidade torna os textos mais facilmente legíveis, consumíveis e então compráveis. Resultado: onde veja um assunto sério sendo muito bem vendido, pode ter quase certeza que pratica a "especialização" criticada. Exemplo típico: o recente *Romantismo* de Rudiger Safranski. Quando soube que iria sair

em português um livro fundado no romantismo alemão, disse-me graças, vamos poder trabalhar com alunos mais bem preparados. Não foi preciso muito tempo para ver meu engano. Não é que o livro seja ruim. Apenas trata do contexto social e evita, como o diabo da cruz, toda aproximação hermenêutica. Se o leitor souber pouco do assunto ou se contentar em conhecer seus arredores, gostará do livro. Eu mesmo havia lido do autor seu livro sobre Heidegger e, mesmo porque não sou nem um filósofo, nem um profundo conhecedor de Heidegger, creio que aprendi com ele. Mas onde vamos parar se a mediania se torna o nível máximo que nossos editores admitem publicar? Em mínimas palavras, a reclamação por uma ponte entre a história social e a penetração na textualidade é feita em nome de quem não se contente com a invasão informativa das redes midiáticas.

8. *Quais são os seus próximos projetos e pesquisas?*

LCL: Quando se chega a certa idade, nossos projetos antes dependem da boa vontade do tempo do que de você mesmo. Se o tempo me favorecer, penso terminar a série que comecei com *História.Ficção.Literatura*, e continuava com o livro sobre prosa ficcional, *O controle do imaginário e a afirmação do romance*, com uma nova obra, agora sobre ficção e poesia. Como sempre, o problema será de conseguir expor, em um espaço não excessivo, a consideração teórica sobre questão da ficcionalidade poética seguida da análise histórico-sociológica de, espero, três poetas: Antonio Machado, W. H. Auden e Sebastião Uchôa Leite.

274

Bibliografia

- CÉLINE, Louis-Ferdinand. **Voyage au bout de la nuit**. Paris: Gallimard, 1952.
- LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário e a afirmação do romance: Dom Quixote, as relações perigosas, Moll Flanders e Tristram Shandy**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 400 p.
- _____. **História.Ficção.Literatura**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 434 p.
- _____. **Floema**. Especial Luiz Costa Lima. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006, 84 p.
- _____. **Limites da voz**. Montaigne, Schlegel, Kafka. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, 444 p.
- _____. **O romance em Cornélio Penna**. 2ª ed. revista. Belo Horizonte: UFMG, 2005, 231 p.
- _____. **Teoria da cultura de massa**. 7ª ed. revista. Adorno *et al.*, introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2005, 364 p.

- _____. **Mimesis e modernidade.** Formas das sombras. 2ª ed. São Paulo: Graal, 2003, 295 p.
- _____. **O redemunho do horror.** As margens do Ocidente. 1ª ed. São Paulo: Planeta, 2003, 452 p.
- _____. **Intervenções.** 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2002, 423 p.
- _____. **A literatura e o leitor:** textos da estética da recepção. 2ª ed. revista e ampliada. Hans Robert Jauss *et. al.*; coordenação, tradução e prefácio de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 203 p. [1979].
- _____. **Teoria da literatura em suas fontes.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. 2 volumes, 1046 p.
- _____. **Euclides da Cunha.** Contrastes e confrontos do Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, 59 p.
- _____. **Teoria da cultura de massa.** 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 338 p.
- _____. **Mímesis: desafio ao pensamento.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 431 p.
- _____. **Terra ignota.** A construção de "Os sertões". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, 300 p.
- _____. **Lira e antilira:** Mário, Drummond, Cabral. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, 335 p. [Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969].
- _____. **Vida e mimesis.** Rio de Janeiro: 34/Letras, 1995, 335 p.
- _____. **Pensando nos trópicos** (Dispersa demanda II). Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- _____. **A aguarrás do tempo.** Estudos sobre narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, 363 p.
- _____. **O controle do imaginário.** Razão e imaginação nos tempos modernos. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, 282 p. [São Paulo: Braziliense, 1984].
- _____. **O fingidor e o censor.** No Ancient Régime, no Iluminismo e hoje. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, 383 p.
- _____. **Sociedade e discurso ficcional.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, 435 p.
- _____. **Dispersa demanda.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, 248 p.
- _____. **Mimesis e modernidade.** Formas das Sombras. Rio de Janeiro: Graal, 1980, 287 p.
- _____. **A metamorfose do silêncio.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

_____. **Estruturalismo e teoria da literatura**. Petrópolis: Vozes, 1973, 489 p.

_____. **Por que literatura?** Petrópolis: Vozes, 1966, 127 p.

MERTON, Thomas. **A montanha dos Sete Patamares** [*The Seven Storey Mountain*, 2005]. Petrópolis: Vozes.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit**. Paris: Le Seuil, 1983.

Livros traduzidos

LIMA, Luiz Costa. **The Limits of Voice**. Montaigne, Schlegel, Kaka. Trad. de Paulo Henriques Britto. California: Stanford University Press, 1996.

_____. **The Dark Side of Reason**. Fictionality and Power. Trad. de Paulo Henriques Britto. California: Stanford University Press, 1992.

_____. **Die Kontrolle des Imaginären**. Vernunft und Imagination in der Moderne. trad. de Armin Biermann. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1990.

_____. **Control of the Imaginary**. Reason and Imagination in Modern Times. Trad. de Ronald W. Sousa. Minnesota: University of Minnesota Press, 1988.

276

Livros sobre a obra de Luiz Costa Lima

BASTOS, Dau (org.). **Luiz Costa Lima: uma obra em questão**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, 408 p.

ROCHA, João Cezar de & GUMBRECHET, Hans Ulrich (orgs.). **Máscaras da mimesis: a obra de Luiz Costa Lima**. Rio de Janeiro: Record, 1999, 374 p.